



Use o QRCode para
acessar o Caderno
Fé e Cidadania
na internet, com
mais artigos e links
citados.

Como construir a unidade cristã também na política?

Na sua Oração Sacerdotal (Jo 17,21-23), Jesus pede ao Pai que seus discípulos sejam um, para que o mundo creia. Esse mandamento vale também para os cristãos envolvidos com a política, por mais difícil que isso possa parecer. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que se trata de um compromisso ético, não de um posicionamento programático. Os cristãos estão unidos por causa de Cristo, que se fez companhia em suas vidas. Essa companhia implica determinados posicionamentos diante de

questões polêmicas e poderá, em um segundo momento, levar à construção de programas de governo consensuais – mas tendo claro que tais programas não podem ser impostos a toda a comunidade, mesmo que todos sejam convidados a seguir seus princípios fundamentais, contidos na Doutrina Social da Igreja. Neste Caderno, apresentamos uma experiência de construção da unidade entre políticos cristãos de diferentes tendências e discutimos as bases de construção da unidade política entre os cristãos.



Arte: Sergio Ricciuto Conte

Um caminho necessário para que o mundo creia

José Antonio
Rosas Amor*

Todos nós precisamos que a nossa fé seja credível na sociedade e no mundo em que vivemos. Como proclamar um Deus que muda nossas vidas se, ao mesmo tempo, nos unimos a um clima de polarização maniqueísmo e confronto? Aqueles entre nós que têm vocação política, são particularmente chamados a testemunhar que a força profunda do Evangelho está também em ação na vida política. Mas, cuidado! De forma alguma podemos pretender o sonho anacrônico de unir todos os católicos em um único partido político. Respeitando nossas diferenças políticas e a legítima variedade de escolhas, devemos ser capazes de caminhar, trabalhar e até desejar estarmos juntos aos outros.

Jesus Cristo chamou tanto Simão, o Zelota (um homem que era membro de um partido de “esquerda”, na época), quanto Mateus, o cobrador de impostos (um funcionário do governo “de

direita”, na época), para a mesa (cf. Lc 6,13-16). Não os chamou para fundar um partido político, mas para ser Igreja, para fazerem juntos a Igreja. Esse convite se repete no nosso tempo. Nosso desafio não é a unidade política dos cristãos, mas dar unidade à política, promovendo o respeito, o encontro e o diálogo.

“A realidade é mais importante que a ideia” (*Evangelii Gaudium*, EG 231ss). Para evitar preconceitos e medos infundados em relação a quem pensa diferente ou tem uma opção política diferente, precisamos tocar a realidade, ou seja, encontrarmos face a face, para nos olharmos uns aos outros, ouvirmos uns aos outros e reconhecermos quando o outro, apesar de continuar a pen-

sar politicamente de forma diferente, busca honestamente o bem, assim como eu.

“A unidade prevalece sobre o conflito” (EG 226ss). Não devemos ter medo do conflito ou da dissidência. Os cristãos não se esquivam do conflito, mas não permanecemos fechados nele, procuramos superá-lo, integrando o valor que as diferentes pessoas e grupos têm na construção do bem comum.

Desde sua fundação, nossa Academia de Líderes Católicos compreendeu que faz parte da sua natureza acompanhar os cristãos que têm vocação política, com a ajuda da Doutrina Social da Igreja. Neste caminho, tem sido fundamental a palavra, a orientação e o encora-

jamento que temos tido dos pastores, a começar pelo Papa Francisco. No caso do Brasil, o Cardeal Odilo Scherer nos encorajou a superar a tentação de uma [cultura bipolar](#): “Os extremismos levam à cegueira ou, pelo menos, à miopia, à deturpação da realidade. Fundamentalismos são fechados e avessos ao diálogo, preferem a luta contra quem é diferente, pensa diversamente e tem escolhas partidárias ou convicções religiosas distintas das suas. Daí vem a polarização sectária, fonte de agressões e violências de todo tipo, até mesmo mediante o recurso à difamação, à calúnia e à violência física”. [No caso do Manifesto pela dignidade da política a serviço do bem comum](#), foram fundamentais o apoio e o estímulo dados pelo Cardeal José Cobo, arcebispo de Madri, bem como por outros pastores que nos vem acompanhando, ouvindo e dialogando.



A Academia Latino-americana de Líderes Católicos dedica-se à formação, numa perspectiva católica, de lideranças comprometidas com a transformação social e política da América Latina. Fundada em 2011, oferece programas de capacitação presenciais e online para políticos, líderes comunitários e da sociedade civil. Para mais informações ver o site da Academia, <https://liderescatolicos.com.br/index.html>.

* Cientista político formado pela Universidade Popular Autónoma do Estado de Puebla; mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade do Chile; assessor da Escola Social do Celam; fundador e atual diretor-geral da Academia de Líderes Católicos.

Quando políticos católicos decidem colocar suas diferenças ideológicas em segundo plano...

Estamos conscientes do descrédito da política e dos políticos e do perigoso descontentamento com as instituições democráticas. De nossa parte, na esteira da encíclica *Fratelli tutti* (FT), que nos convida à “melhor política” longe do imediatismo e capaz de “reconhecer cada ser humano como irmão e buscar uma amizade social que integre a todos” (FT 180), queremos acabar com as trincheiras que nos confrontam e desencantam as novas gerações. Aspiramos mais à fecundidade ética e social do que aos sucessos dos “nossos” [...] Por isso, após o diálogo e o trabalho em conjunto, queremos compartilhar com aqueles que exercem a liderança social e política de nossa sociedade o convite a cultivar algumas atitudes e compromissos:

ATITUDES que salvaguardem a dignidade ética da política

- ✓ *Contemplar a realidade em profundidade* [...] As democracias de hoje, caracterizadas por sua “liquidez”, precisam de estabilidade e bases sólidas para serem sustentáveis. A corrupção continua a ser um câncer que trai a ética e a justiça social, destruindo a confiança dos cidadãos. A cultura do descarte, na qual os mais vulneráveis são excluídos, nos mostra que o progresso não pode vir à custa de ninguém. O clima de confronto político e os comportamentos maniqueístas impedem o diálogo e a cultura do encontro e da convivência amistosa. Devemos superar o imediatismo, a manipulação e o populismo.
- ✓ *Dar centralidade às periferias*. Em um mundo em que as concentrações de poder e recursos estão se tornando mais agudas [...] a opção preferencial pelos pobres é um mandato que não perdeu sua validade, ainda mais agora, em que os recursos materiais e técnicos permitiriam dar uma resposta satisfatória ao escândalo da miséria e da fome e caminhar para desenvolvimento integral de todos.
- ✓ *Refletir sobre o contexto cultural*. A supervalorização do individualismo enfraquece os laços comunitários e exacerba a fragmentação social. Enfrentamos ameaças globais, como as mudanças climáticas e a guerra, bem como uma crise da verdade, do relativismo e do niilismo, que colocam em risco nossa percepção da realidade e corroem os fundamentos éticos e a busca do bem comum [...] A desvalorização do universo religioso [...] ameaça deixar o ser humano órfão de sentido em um momento de fortes dilemas morais e diante do

No final de 2024, um pequeno grupo de católicos com responsabilidades políticas, pertencentes a diferentes países e com posicionamentos políticos até opostos, se reuniu com o objetivo de elaborar um Manifesto pela dignidade da política a serviço do bem comum. Que elementos em comum essas pessoas, de origens e compromissos diversos, poderiam encontrar a partir da fé católica compartilhada? A seguir apresentamos alguns dos principais trechos do documento.*



- surgimento de novas questões sem precedentes.
- ✓ *Discernir sobre o contexto político-social*. Apesar de alguns avanços democráticos, a regressão autoritária e o populismo ameaçam a estabilidade democrática [...] É essencial uma democracia ética que promova os valores e os direitos humanos. A polarização entre lideranças populistas e extremistas desfigura a noção de “povo” e distorce os fundamentos de uma sociedade inclusiva [...] Temos de garantir o Estado de direito e a divisão de poderes como elementos-chave para evitar o câncer da corrupção [...]
- ✓ *Julgar com critérios sólidos a partir de uma fé que não é imposta*. Nós, que cremos, [...] acreditamos que a dignidade humana não é negoci-

ável e deve ser a pedra angular de qualquer ação política. Isso nos leva a favorecer uma cultura da vida que cuida dela ao longo de todo o seu desenvolvimento e que busca dar-lhe qualidade em toda a sua extensão. A religião não pode ser instrumentalizada para fins políticos em qualquer direção. Reconhecemos seu papel na elevação dos padrões éticos de uma sociedade e rejeitamos qualquer forma de neoconfessionalismo, bem como qualquer recuo para o reino da autoconsciência [N.d.E.: os autores referem-se aqui à negação da laicidade do Estado, de um lado, e a negação do direito de existência da identidade pública cristã, por outro. Sobre esse tema, ver o [Compêndio de Doutrina Social da Igreja](#), CDSI 571).

* ASSINAM O MANIFESTO:

Argentina: Lucas Fiorini (ex-senador); **Colômbia:** Clara López Obregón (senadora); **Costa Rica:** Miguel Ángel Rodríguez Echeverría (ex-presidente); **Espanha:** Gonzalo Robles Orozco (senador), Ángel Garrido García (ex-prefeito de Madri), María Pilar Sánchez Álvarez (vereadora), Ignacio de Benito Pérez (vereador), José Luis Nieto Bueno (vereador), Carmen Sánchez Carazo (ex-vereadora), Carlos García de Andoin (vice-presidente da Liga Internacional de Socialistas Religiosos); **Guiné Equatorial:** Teresa Eflua Asangono (senadora); **Haiti:** Joseph Harold Pierre (consultor de organismos internacionais); **Itália:** Rocco Buttiglione (ex-deputado), Paola Binetti (ex-senadora); **México:** Víctor Hugo Sondón Saavedra (ex-deputado), José Antonio Rosas Amor (diretor da Academia Internacional de Líderes Católicos); **Uruguai:** Rodrigo Goñi (deputado).

COMPROMISSOS que podem deixar este mundo um pouco melhor

- ✓ *Resgatar o valor da verdade*. “Podemos procurar juntos a verdade no diálogo, na conversa tranquila ou na discussão apaixonada. É um caminho perseverante, feito também de silêncio e sofrimento, capaz de recolher pacientemente a longa experiência das pessoas e dos povos” (FT 50). Para isso, é necessário discernir com sabedoria e aceitar colocar em segundo plano os interesses pessoais e corporativos. Somente a verdade nos liberta. Só ela facilita um caminho de fraternidade, local e universal, que pode ser percorrido por espíritos honestos, verdadeiros e livres [...]
- ✓ *Agir com compromisso e responsabilidade*. Devemos promover os princípios da Doutrina Social da Igreja: dignidade, bem comum, destino universal dos bens da terra, solidariedade, subsidiariedade e participação [...] Promovendo a bondade e o bom exemplo na política, recuperando sua vocação de serviço com humildade e responsabilidade, faremos do diálogo o motor para unir as diferenças, priorizando a escuta e o respeito.
- ✓ *Promover uma responsabilidade cidadã*. O princípio da participação exige que não esperemos tudo do Estado; o tecido social, aliado ao Estado e ao mercado, pode gerar transformações significativas em direção a uma sociedade mais justa e pacífica. Devemos gerar pactos e processos de educação para a responsabilidade e o compromisso ético que coloquem a pessoa humana no centro.
- ✓ *Acreditar na “política melhor”*. Uma política nobre deve assumir o pluralismo de opções e não demonizar quem pensa diferente, estando sempre comprometida com a liberdade de expressão. Deve ser capaz de concordar nas divergências e disposta a “desencadear processos cujos frutos serão colhidos por outros, esperança colocada na força secreta do bem que se semeia [...] com a convicção de que cada mulher, cada homem e cada geração encerram em si uma promessa que pode irradiar novas energias relacionais, intelectuais, culturais e espirituais” (FT 196). Deve educar para a abertura e o acolhimento, especialmente para com os mais vulneráveis, e buscar novas formas de economia e política a serviço do ser humano, protegendo nossa casa comum com estilos de vida sustentáveis.

Na política, o que nos divide?

Francisco Borba
Ribeiro Neto*

A polarização política não é algo novo. Após a Revolução Francesa, de 1789, na Assembleia Nacional Constituinte, os monarquistas, que apoiavam a manutenção da ordem estabelecida e os privilégios da nobreza, sentavam-se à direita e os revolucionários, que defendiam mudanças radicais, se sentavam à esquerda. Com o tempo, a direita ficou identificada com a defesa da liberdade individual, a preservação das hierarquias sociais e a economia de mercado; enquanto a esquerda se identificou com a igualdade, justiça social, mudanças radicais e a intervenção do Estado na economia. Mais recentemente, após o fim do comunismo na União Soviética e a crise das esquerdas tradicionais, se reforçou uma clivagem cultural, com a direita conservadora defendendo os valores da tradição ocidental (majoritariamente cristãos), enquanto a esquerda abraçou os valores progressistas da autonomia individual no confronto com as normas sociais e a defesa das minorias.

Na mudança de época. No século XX, era comum se falar no “mundo bipolar”, hegemonizado pelos Estados Unidos e a União Soviética. Com a queda do comunismo soviético, em 1991, passou-se a falar em um “mundo multipolar”, com vários países disputando hegemonia, como a China e os demais BRICS. Imaginava-se, igualmente, que haveria uma multiplicação das forças políticas, com o fortalecimento de novas propostas, como a dos partidos verdes.

A polarização voltou a se acirrar na última década, cada vez mais agressiva e virulenta. Vários fatores explicam esse acirramento. A esquerda autoritária entrou em crise com a queda da União Soviética, mas uma esquerda democrática, moderada, ascendeu no mundo ocidental por meio dos chamados Estados sociais, que buscam corrigir desigualdades sociais e econômicas, geralmente associadas ao capitalismo. Após décadas de relativa hegemonia, essa proposta política mostra sinais de exaustão, tais como a dificuldade de atender às demandas das classes médias, o custo excessivo da máquina pública e a falta de representatividade de suas lideranças, que não conseguem se reciclar. Enquanto no século XX a esquerda era a oposição crítica, que denunciava as contradições dos governos de direita, agora, com cada vez mais frequência, é a direita que se propõe a ser uma oposição crítica, denunciando as insuficiências dos governos de esquerda.

Além disso, no século XX, a esquerda, explorando as contradições da ordem social estabelecida, conseguiu a hegemonia nos meios de comunicação e nos sistemas educacionais. Porém, no século XXI, as

*“Todo reino dividido contra si mesmo será arruinado, e toda cidade ou casa dividida contra si mesma não subsistirá”
(Mt 12,25). Lição importante, da qual os cristãos não deveriam se esquecer em tempos de polarização.*

redes sociais alteraram essa situação. Na grande imprensa e nas escolas, bem ou mal, as diferentes correntes ideológicas tinham de conviver minimamente – mesmo que cada jornal tivesse a sua linha editorial, tinha que tomar cuidado para não ficar desacreditado por apresentar notícias totalmente deturpadas. No mundo das redes sociais, cada um se informa pelas notícias que recebe de seus “amigos”, dos influenciadores que segue. A notícia que vem de outra fonte já é descartada de antemão, pois quem pensa diferente não é considerado digno de confiança. A direita soube aproveitar muito melhor esta situação atual, inclusive porque agora é ela

das virtudes. A pessoa virtuosa não se deixa dominar por sua instintividade, que sabe nem sempre levar às melhores escolhas. Mas aqui somos orientados pela nossa instintividade e, depois, aderimos a um discurso supostamente racional que justifica nossas escolhas, em grande parte emocionais. Nas redes sociais, a insegurança, o descontentamento e até o medo diante de uma realidade tantas vezes frustrante e até ameaçadora gera a raiva – que nunca é boa conselheira.

Um sinal de unidade na construção do bem comum. No mundo bipolar do século XX, parecia óbvio de qual lado os católicos deviam estar.



que denuncia as contradições do adversário e que busca atrair a juventude desencantada com os fracassos do mundo adulto.

Ao sabor das emoções. Uma grande novidade das redes sociais e da internet foi a capacidade de medir a reação instintiva das pessoas a determinada mensagem. Ao medir o número de cliques recebidos por um post argumentativo ou por um anúncio publicitário, os algoritmos mostram o nosso subconsciente, nossos medos, incertezas, convicções e necessidades. Milhões de mensagens são lançadas no espaço virtual, mas aquelas que são capazes de magnetizar as audiências, de comover os corações e provocar reações são rapidamente identificadas. Nunca foi tão fácil manipular as consciências! Basta identificar o influenciador que diz o que as pessoas querem ouvir e prepará-lo para veicular a mensagem que se deseja disseminar. É exatamente o inverso da ética

Foi o florescer dos partidos democrata-cristãos. Mas a própria Igreja foi dando-se conta dos perigos dessa proposta partidária: era comum um político dizer-se alinhado ao magistério católico só para ganhar votos e, depois, dar um enorme contra-temunho, além do que nenhum programa partidário podia ser considerado totalmente fiel à mensagem cristã. Assim, o [Compêndio da Doutrina Social da Igreja](#) explicita que é justo e até necessário que os cristãos procurem trabalhar juntos na esfera política, mas que as opções partidárias não devem ser impostas como decorrência da fé católica (cf. CDSI 573-574). Agora, espera-se que os cristãos estejam presentes em vários partidos, ajudando na construção de propostas conjuntas que ajudem a superar os problemas sociais. Mas muitas vezes parece acontecer exatamente o contrário... Os cristãos incorporam a polarização dominante, exacerbando-a.

O problema nasce, ao menos em parte, de uma leitura falha da Doutrina Social da Igreja. Ela não é um programa político-partidário ou uma plataforma ideológica. É uma reflexão de natureza teológica, mas que nasce da observação das experiências concretas do povo de Deus na busca de uma sociedade mais justa. Em consequência, muitas vezes, para uma mesma questão, encontramos soluções que parecem vir de posições até antagônicas. Não se trata de incongruência, mas sim da busca de uma visão integral dos problemas, do esforço para contemplar “todos os lados do poliedro”, como diria o Papa Francisco (cf. [Evangelii gaudium](#), EG 236), acolher o bom e justo, venha de onde vier.

Além disso, frequentemente confundimos o princípio com as estratégias que devem ser empregadas para realizá-lo. A opção preferencial pelos pobres, por exemplo, é um princípio ético que deve comprometer todo

católico. Como a sociedade deve se organizar para vencer o desafio da pobreza é uma questão política, com várias possibilidades de resposta. Assim, é natural que os cristãos optem por programas partidários diferentes, mas todos deveriam poder buscar juntos as melhores formas de fazer a opção pelos pobres em cada conjuntura específica.

Muitos influenciadores sociais, alguns até católicos, frequentemente fomentam a divisão, apresentando quem pensa diferente como estúpido ou mal-intencionado, desestimulando o diálogo fraterno e a construção da unidade. Mas esse não é o caminho cristão. Precisamos aprender, para o bem do mundo, a ser um sinal da necessária unidade na pluralidade política, aliando um olhar integral e realista sobre os problemas a um compromisso ético com a fraternidade e o bem comum.

* Editor dos Cadernos Fé e Cultura e Fé e Cidadania do O SÃO PAULO

O Papa e a conjuntura internacional

Rodrigo Guerra Lopes*

Vivemos um momento difícil na cena internacional, em que as tensões estão exacerbadas. O martirizado povo ucraniano vive uma contínua incerteza sobre seu futuro. No Oriente Médio, após os ataques terroristas a Israel, agora há destruição e morte dos habitantes da Faixa de Gaza convivem com aqueles que falam em transformar a área na “nova Riviera”, após a expulsão total dos palestinos. O drama da não aceitação de refugiados e imigrantes está se intensificando em vários países. Muitas outras tensões sociais são adicionadas aqui e ali.

É como se um vírus se espalhasse pelos mais variados ambientes. Vírus com grande capacidade de adaptação e com forte penetração nos mais variados grupos. O vírus da fratura, da violência explícita ou encoberta, da força que substitui o direito e a bondade. A política, sempre habitada por interesses de vários tipos, em certos momentos da história, como o atual, é inundada por uma poluição que, entre outras coisas, entorpece a razão e neutraliza o coração.

Francisco, “pároco” de toda a humanidade. Ser “pároco da humanidade” não é um título pontifício oficial. Mas, com toda a sua imperfeição, essa expressão sublinha a paternidade com que Francisco abraçou, não só a Igreja Católica, mas o mundo inteiro. Um pai ama todos os seus filhos e, especialmente, procura abraçar os mais distantes ou feridos. Assim age Francisco...

Ele entrará para a história como um corajoso defensor de um aspecto fundamental da verdade do ser humano revelado em Jesus Cristo: todos temos a mesma dignidade e todos somos chamados a viver juntos como irmãos e irmãs. Nenhuma resposta aos desafios sociais pode ignorar este dado, que é o legitimador fundamental de qualquer Estado de direito, de qualquer sociedade verdadeiramente solidária e democrática.

Como Francisco disse recentemente: “Nós, cristãos, sabemos muito bem que, somente afirmando a dignidade infinita de todos, nossa própria identidade como pessoas e como comunidades atinge a maturidade [...] A pessoa humana não é um mero indivíduo, relativamente expansivo, com alguns sentimentos filantrópicos! A pessoa humana é um sujeito digno que, por meio da relação constitutiva com todos, especialmente com os mais pobres, pode amadurecer gradualmente na sua identidade e vocação. A verdadeira *ordo amoris* que deve ser promovida é aquela que descobrimos meditando constantemente a parábola do “Bom Samaritano” (cf. Lc 10,25-37), isto é, meditando sobre o amor que constrói uma fraternidade aberta a todos, sem exceção. A preocupação com a identidade pessoal, comunitária ou nacional, além dessas considera-

“Nenhuma lei humana pode salvaguardar tão perfeitamente a dignidade pessoal e a liberdade do homem como o Evangelho de Cristo, confiado à Igreja. Pois este Evangelho anuncia e proclama a liberdade dos filhos de Deus; rejeita toda a espécie de servidão, a qual tem a sua última origem no pecado; respeita escrupulosamente a dignidade da consciência e a sua livre decisão; sem descanso, recorda que todos os talentos humanos devem redundar em serviço de Deus e bem dos homens; e a todos recomenda, finalmente, a caridade” (Gaudium et spes, GS 41). Todos os papas são chamados a proclamar essa verdade ao mundo.

ções, introduz facilmente um critério ideológico que distorce a vida social e impõe a vontade dos mais fortes como critério de verdade” ([Carta aos Bispos dos Estados Unidos](#), 2025).

Todos os papas concordariam com esta posição de Francisco. São João Paulo II, por exemplo, em sua [mensagem quaresmal de 1982](#), trata

É muito fácil ser fiel ao papa, a qualquer papa, quando acredito que ele concorda com minhas ideias, com meus preconceitos e com minha maneira subjetiva de entender a fé. No entanto, o Sucessor de Pedro é guardião da objetividade da fé. Ele nos educa e nos corrige. O papa, seja ele quem for, é a ajuda providencial que Deus dá

uma pessoa, tenta se conformar com seus pensamentos em tudo, interpretar e realizar seus desejos. E se Nosso Senhor Jesus Cristo disse de si mesmo: *si quis diligit me, sermonem meum servabit* (se alguém me ama, guardará a minha Palavra), então para mostrar nosso amor ao Papa é necessário obedecer-lhe” ([Discurso aos sacerdotes da União Apostólica](#), 18/nov/1912).

Uma voz que proclama o amor e a verdade. Assim como somos gratos pelo dom de São João Paulo II ou do Papa Bento XVI, hoje somos chamados a abraçar a pessoa e o ensinamento do Papa Francisco, que, como os demais, tem o enorme mérito de nos convidar a uma recepção mais profunda do Evangelho e do Concílio Vaticano II.

O Papa Francisco é um dos poucos líderes mundiais que, com caridade, mas também com clareza, nos ajuda a descobrir nossa verdade. A verdade sobre as razões da esperança, mas



diretamente dessa mesma questão. Por outro lado, como filósofo, Karol Wojtyła, de certa forma, abordou a mesma questão formulando a validade universal da norma personalista de ação: *Persona est affirmanda propter seipsam!* (A pessoa deve ser afirmada por si mesma). Deve-se amar a pessoa e nunca usá-las como um mero meio! Este princípio moral não admite exceções e está na base da atual crítica pontifícia à “cultura do descarté”.

Seguir o Pontífice, com amor. O Papa é o Pastor universal, o principal sinal da unidade eclesial, quem garante a correta interpretação do Evangelho. É necessário evitar opor-se ao Magistério do Santo Padre, isolando frases ou citações de uma compreensão integral de como a doutrina do amor foi ensinada na Tradição Apostólica e ao longo da história do Cristianismo.

para guiar a Igreja ao longo da história.

Referindo-se àqueles aspectos da doutrina que não são proclamados como verdades de fé infalíveis e imutáveis, que constituem a base da doutrina católica, o cânon 752 do [Código de Direito Canônico](#) diz: “Ainda que não se tenha de prestar assentimento de fé, deve-se contudo prestar-se obsequio religioso da inteligência e da vontade àquela doutrina que quer o Sumo Pontífice, quer o Colégio dos Bispos, enunciam ao exercerem o magistério autêntico, apesar de não terem intenção de proclamá-la com um ato definitivo; façam, portanto, os fiéis por evitar o que não se harmonize com essa doutrina”.

Já São Pio X escrevia: “E como devemos amar o Papa? Non verbo neque lingua, *sed opere et veritate* (Não em palavras ou pela língua, mas em ações e em verdade). Quando você ama

também a verdade sobre a nossa mesquinhez. Sua voz corajosa em favor de todos, especialmente dos mais frágeis e vulneráveis, não se baseia em um “bonismo” simplório. Pelo contrário, parte da convicção de que o verdadeiramente humano e cristão na vida pessoal e social é fazer uma opção radical pela fraternidade, que não deixa de ser outro nome para a caridade, uma virtude teologal que nos permite construir com paciência uma sociedade mais inclusiva e pacífica, sem trair a verdade e a justiça.

Quanto precisamos da sua pessoa e da sua voz, Papa Francisco!

* Secretário do Pontifício Conselho para a América Latina, doutor em Filosofia pela Academia Internacional de Filosofia do Principado de Liechtenstein; membro do Centro de Gestão do Conhecimento do Celam; professor da Pontifícia Universidade Gregoriana; membro ordinário da Pontifícia Academia para a Vida e da Pontifícia Academia das Ciências Sociais; fundador do Centro de Investigação Social Avançada (Cisav).